



REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORADIA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA¹

SANTOS, Mauro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, mcosantos@ig.com.br

FERRER, Wilder

Universidade Federal do Rio de Janeiro, wilderferrer@gmail.com

HERMIDA, STELLA

Universidade Federal do Rio de Janeiro, stella.s.hermida@gmail.com

NADER, Karoline

Universidade Federal do Rio de Janeiro, karoln13@hotmail.com

RESUMO

Este artigo pretende analisar os projetos entregues na primeira fase do PMCMV visando compreender a relação entre o morador e sua residência. Por meio do significado de moradia, constatamos e avaliamos as intervenções de adequação espaciais na busca por seus usuários por conforto e segurança, por apropriassem.

Foram selecionados três estudos de caso representativos das tipologias propostas pelo programa, com unidades unifamiliares e multifamiliares, todos situados na região metropolitana do Rio de Janeiro. A metodologia aqui adotada centrou-se no levantamento de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas com os moradores, bem como a observação do espaço e o registro fotográfico dessas moradias. As entrevistas foram gravadas e posteriormente analisadas sob a ótica da TRS, que trata da formulação de significados para objetos socialmente importantes. Através do significado da moradia, pôde-se entender as intervenções dos moradores em seus espaços, visto que tais intervenções quando ocorreram, foram realizadas buscando conforto e segurança por conseguinte, uma melhor adequação ambiental. Por intermédio da TRS também foi possível evidenciar o grau de satisfação dos moradores com as diferentes soluções habitacionais empreendidas: observou-se que o grau de satisfação é variável e que depende da solução implementada, dessa forma, verificou-se que a tipologia predial adotada pelo PMCMV-1 influenciou na noção de conforto e segurança pelos seus moradores. Verificamos também que a tipologia de residências duplex com quintal atribuiu aos moradores maior sensação de vulnerabilidade espacial do que propriamente conforto interno, fato que aponta diretamente a indefinição dos espaços privados e públicos propostos nos projetos implementados pelo PMCMV-1.

Palavras-chave: Habitação, PMCMV-1, Representação Social

¹ Trabalho apresentado no IV SBQP 2015. Universidade Federal de Viçosa.
Disponível em: [doi> http://dx.doi.org/10.18540/2176-4549.6052](http://dx.doi.org/10.18540/2176-4549.6052)

ABSTRACT

This article aims to analyze the projects delivered in the first PMCMV phase aimed at understanding the relationship between the resident and his residence. Through the meaning of house, we find and evaluate the interventions of spatial adaptation in the search for its users for comfort and safety, by appropriating.

We selected three case studies representing the typologies proposed by the program, with single-family and multi-family units, all located in the metropolitan region of Rio de Janeiro. The methodology adopted here focused on the field survey, through semi-structured interviews with locals as well as the observation of space and the photographic record of these villas. The interviews were recorded and later analyzed from the perspective of TRS, which deals with the formulation meant for socially important objects. Through the meaning of housing, it was possible to understand the activities of the residents in their areas, since such interventions when they occurred, were held seeking comfort and safety therefore better environmental adaptation. Through the TRS was also possible to show the degree of satisfaction of residents with different housing solutions undertaken: it was observed that the degree of satisfaction is variable and depends on the implemented solution, thus it was found that the building typology adopted by PMCMV-1 influenced the concept of comfort and safety for its residents. We also found that the type of duplex residences with yard attributed to residents greater sense of spatial vulnerability than interior comfort, a fact that directly points to the blurring of private and public spaces proposed in the projects implemented by the PMCMV-1.

Keywords: Housing, PMCMV-1, Social Representation

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do artigo ora proposto apresentaremos conceitos e ferramentas da Teoria das Representações Sociais (TRS) e sua aplicação em três estudos de caso da primeira parte do Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV-1 realizados pelo laboratório de Habitação (LabHab), grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (Proarq) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A aplicação da TRS na área de APO está vinculada a aspectos subjetivos, buscando uma compreensão do comportamento do morador e suas motivações para a intervenção na moradia na fase de uso. Desenvolvida no campo da psicologia social, a TRS tem possibilitado abordar esse tema em sua complexidade. Ela articula diferentes disciplinas com objetivo de captar e compreender o nexo entre elementos imbricados na satisfação dos usuários e buscar atender suas necessidades.

Elaborada por Serge Moscovici na década de 1960, a TRS procura ao mesmo tempo compreender os comportamentos e as relações sociais de grupos, com a análise da difusão e compartilhamento dos saberes. É possível estudar a representação de um dado objeto, presente no senso comum, como uma reelaboração do saber erudito feita pelo grupo de sujeitos inseridos em um mesmo contexto social. O processo no qual tem origem o senso comum se dá pela interação entre os indivíduos de uma coletividade, principalmente com a comunicação (Moscovici, 2003).

Desta forma, utilizaremos esta metodologia e ferramentas nela aplicadas para podermos apreender a representatividade de fatores como o conforto e segurança por parte dos moradores do Condomínio Vivendas do Ipê Branco,

Terni e Vivenda das Andorinhas, todos eles na Região Metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro.

2 METODOLOGIA E CONCEITOS - TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL-TRS; ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO; A NOÇÃO DE CONFORTO

De acordo com Abric (1994), as representações sociais cumprem três funções: orientação, saber e identidade. A função orientação denota o fato de que as representações guiam os comportamentos e as práticas de um determinado grupo. A função saber procura construir e difundir o conhecimento do senso comum. A função identidade é a capacidade que as representações sociais possuem de definir as características e especificidades de um determinado grupo.

A abordagem estrutural de Abric (2001) sugere a existência de uma organização interna dos elementos da representação social em torno de um núcleo central, constituído por elementos que dão à representação o seu significado.

Em torno desse núcleo, organizam-se elementos periféricos (sistema periférico), atuando como complementos indispensáveis que promovem a interface entre a realidade concreta e o sistema central. Essa interface, por sua vez, atualiza e contextualiza constantemente o sistema periférico, daí resultando sua mobilidade e flexibilidade, permitindo a expressão individualizada e tornando possível que a representação social se ancore na realidade do momento.

Essa abordagem parte da hipótese de que toda representação se estrutura em torno de um núcleo central que a organiza e dota de significado, possuindo duas funções: a função geradora e a função organizadora.

Por ser uma teoria que tem por referência o indivíduo situado em contexto sócio-histórico, a TRS tem sido utilizada em diferentes áreas de interesse social (...). Ao aplicar esses conceitos ao campo da Arquitetura e Urbanismo, particularmente no âmbito da HIS, o estudo das representações sociais da moradia pode oferecer elementos para o entendimento da atitude do morador diante do espaço que habita, estabelecendo uma relação que aqui será tratada por *apropriação*.

Segundo Fischer (1994), a apropriação é um processo psicológico de ação e intervenção no espaço; procura transformar ou personalizar esse espaço, trazendo relações de posse e apego. Logo a apropriação é uma forma como um grupo social se relaciona com o espaço, e a função de orientação das representações sociais é o fator motivador.

Relecionando Fischer (1994) e Moraes (2004), sendo a apropriação um processo psicológico de ação e intervenção no espaço, podemos suscitar que esse processo inicia-se a partir da "percepção e da cognição humanas que são fundamentais no processo de formação da imagem que os indivíduos têm dos lugares, "não há dúvida que tudo o que cerca o ser humano participa de sua noção de lugar." Moraes (2004).

Na busca de personalizar, apropriar-se, ou seja, tornar como seu esse espaço que por outros lhe foi concebido como sua morada, o usuário da habitação de interesse social-HIS, o intervém apropriando-se, tornando-o agradável.

Segundo Buti (1998) apud Moraes (2004) a agradabilidade estaria relacionada à qualidade de vida.

Dessa forma, entendemos que a partir da percepção e cognição humanas na formação da imagem que os indivíduos têm do lugar, o usuário intervém no espaço, tentando proporcionar ou aumentar a sua qualidade de vida, tornando-o agradável, apropriando-se, personalizando-o, tornando-o seu.

No artigo ora proposto por meio de três estudos de casos do PMCMV-1 abordaremos sobre a ótica do conforto a implantação nesses casos no que tange o usuário e a sua constituição de lugar no âmbito das relações com a cidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Construído e estabelecido previamente um embasamento teórico crítico sobre as diretrizes e objetivos da pesquisa, foram organizadas as etapas de aproximação aos estudos de casos para a obtenção de dados a serem sistematizados e analisados em função da sua relação com os critérios pré-estabelecidos.

A partir de um questionário de perguntas abertas aplicado nos três estudos de casos, por meio da metodologia da TRS, destacamos em relação à definição de moradia as palavras mais evocadas.

Para esse fim, utilizamos o teste de evocação de palavras (TEP), que consiste na solicitação ao entrevistado que enuncie as quatro primeiras palavras que lhe vêm à mente quando se apresenta um termo indutor – dependendo do estudo de caso, foram utilizados diferentes termos indutores, tais como moradia e conforto. Na perspectiva da abordagem estrutural na TRS, a análise do TEP busca identificar elementos/evocações que sobressaem como manifestações coletivas e os mais dispersos, que caracterizam percepções de caráter individual e/ou marcadas por fatores imediatos do contexto.

As evocações são classificadas de acordo com a frequência (número de vezes em que aparecem na amostra) e com ordem média (em que posição ela aparece, podendo variar de 1 a 4).

Posteriormente entenderemos em cada caso a constituição pelos seus usuários de conforto, também por meio da TRS.

Por fim, analisaremos comparativamente os dados obtidos e concluiremos se nesses casos estudados na busca de constituição da noção de lugar, seus usuários promoveram apropriações no espaço.

4 O PROGRAMA E SUA RELAÇÃO COM A CIDADE

Os estudos de caso foram selecionados de acordo com os seguintes critérios: faixa salarial – empreendimentos destinados ao segmento de 0 a 3 salários mínimos; tempo de ocupação – empreendimentos ocupados há pelo menos dois anos, para melhor avaliar a relação entre o morador e sua moradia; solução tipológica – agrupamentos residenciais que proporcionem o estudo das diferentes soluções tipológicas reproduzidas pelo PMCMV-1 (casa geminada e edifícios de três, quatro pavimentos); localização – estarem construídos na área urbana da Cidade do Rio de Janeiro.

São conjuntos habitacionais com uma média de unidades similares entre si, correspondente ao especificado pelo PMCMV-. Neste programa (PMCMV-1) há a média de construção no total de 250 unidades habitacionais (UHs) por conjunto. Os três conjuntos têm moradores com famílias da faixa de renda de 0-3 salários mínimos, por tanto, entendidos como dentro da categoria dos conjuntos da habitação de interesse social (HIS). Todos os casos são correspondentes à primeira fase do PMCMV e foram configurados no estilo condominial fechado com tipologias habitacionais principalmente homogêneas entre si.

Essa configuração do programa gerou diversas críticas, principalmente no que diz respeito à estruturação do espaço urbano e a inflexibilidade do projeto em relação aos distintos modos de vida de seus futuros moradores, pois se apresenta como uma proposta consolidada e não como um projeto gerado por meios participativos.

Neste artigo analisaremos três estudos de caso: o condomínio *Vivenda das Andorinhas* edifícios de três pavimentos com 212 unidades de habitação (UHs), o condomínio *Terni* (sobrados geminados com 282 UHs e o condomínio *Vivenda do Ipê Branco* (edifícios de quatro pavimentos com 299 UHs) localizados em Cosmos, Campo Grande e Realengo respectivamente.

O caso do condomínio *Vivenda das Andorinhas*, apesar de ser afastado da região central da cidade ele possui proximidade com uma grande avenida- a Av. Cesário de Melo- havendo assim, acesso rápido e facilitado a diversos pontos de ônibus. Há também alternativa de transporte público para acesso ao condomínio, porém estes proporcionam deslocamentos mais longos, a estação de trem mais próxima fica a aproximadamente 20 minutos de caminhada. Podemos observar as mesmas questões no caso do condomínio *Vivenda do Ipê Branco*, pois ele também se situa muito próximo de uma grande avenida- a Avenida Brasil- contudo, o acesso a estação de trem mais próxima requer aproximadamente 40 minutos de caminhada.

Já no condomínio *Terni*, além de ser afastado da região central, ele possui uma localização desfavorecida em relação aos outros que é potencializada pela má qualidade do transporte oferecido na região e as degradáveis condições das vias de acesso. O ponto de ônibus mais perto desse condomínio fica há 15 minutos a pé e a estação de trem mais próxima se encontra a mais de 1 hora de caminhada.

Figura 1– Localização dos estudos de casos.



Após diversos estudos prévios e críticas sobre tais pontos, verificamos que esse programa promoveu uma nova periferação dos conjuntos habitacionais na cidade; como ocorrido em períodos anteriores e distantes da época dos empreendimentos do Banco Nacional de Habitação (BNH), décadas de 1970s. Destacamos que a periferação atual é a lógica consequência da pouca oferta de terra urbanizada nas metrópoles. Pela grande demanda, os terrenos dessas áreas possuem o valor mais elevado, por conseguinte, a maior parte das unidades habitacionais direcionadas as camadas de baixa renda está sendo construída fora do centro do município.

Não havendo alternativas para obtenção da casa própria, essa classe social se sujeita a ocupar os distantes conjuntos habitacionais. Desta forma, passam a arcar com elevados custos de transporte no trajeto casa-trabalho-casa como exemplificamos nos casos estudados demonstrados anteriormente.

Ainda sobre a questão da periferação, outra questão apontada na pesquisa é a ausência de infra-estrutura urbana e de serviços próximo a essas localidades.

Nos projetos do PMCMV-1 analisados constatamos não haver também a contemplação de áreas comerciais próxima aos condomínios gerando assim, comércios informais que utilizam muitas vezes espaços da própria moradia para essa finalidade, exemplos verificados nos Condomínios Vivenda das Andorinhas e Vivenda do Ipê Branco.

No Condomínio Terni, por ser o mais distante de todos os casos estudados e também por não possuir uma tipologia que possibilite pontos de venda, muitos moradores perderam o emprego e optaram pela inserção do trabalho na própria moradia, a maioria comercializando itens como sorvetes e vitaminas (resultados coletados por meio de questionário de perguntas abertas).

Cabe a ressalva que o comércio proporcionado pelos condomínios não tem qualquer relação com seu entorno imediato, uma vez que a dinâmica destes é toda voltada para o mercado consumidor interno. Situação proporcionada pela existência de muros que delimitam esses empreendimentos, isolando-os do tecido urbano, tornando esse comércio exclusivo entre moradores.

5 AS RELAÇÕES COM AS EDIFICAÇÕES

Analisaremos a partir de então, as relações oriundas das implantações das edificações nesses três estudos de caso.

O condomínio Vivenda das Andorinhas possui, assim como, o Condomínio Terni, uma única via interna de acesso, com portaria e espaços para recreação comum. Essa área destinada ao lazer e convivência se concentra em um "corredor" no terreno, entre alguns dos blocos, tendo assim, pouca iluminação natural. Os apartamentos têm aproximadamente 42 m², e estão dispostos e agrupados em quatro por andar, e foram construídos com paredes de blocos de concreto estrutural e tetos com painéis pré-moldados, contam com cobertura em telha duas águas.

A tipologia de apartamentos adotada nessa implantação não permite qualquer expansão da unidade até mesmo no térreo, já que a necessidade de máximo aproveitamento deixou pouquíssimos espaços livres no terreno. Por outro lado, a escolha dessa tipologia proporciona mais segurança, uma vez que os acessos das unidades, diferentemente do Terni, não são independentes.

A partir de dados coletados pelo LABHAB-UFRJ apoiados na metodologia da TRS, chegamos a alguns resultados quanto à questão da segurança nos estudos analisados.

Com esta fundamentação constatamos que no condomínio Terni a questão da segurança é a que para os moradores se relaciona mais com o morar, seguida pela questão de conforto e uma discreta porcentagem de sentimento de satisfação ou aceitação positiva e indefinida sobre o significado de morar. No condomínio Andorinhas há uma inversão dos valores na mesma porcentagem, pois o conforto passa a ter maior predominância na idéia do morar do que a questão da segurança. Nas respostas do Ipê Branco, o conforto ainda é a palavra mais evocada, mas em termos de oscilação percentual esta vantagem é mínima em relação à questão da segurança quando analisamos a variável de satisfação positiva ("gosto muito do lugar") que confere certo equilíbrio entre as duas palavras mais evocadas.

O condomínio Terni possui uma única via interna de acesso, com portaria e, para melhor aproveitamento do terreno, poucos espaços foram destinados ao lazer. Os existentes foram localizados uma no final do condomínio e outra menor no meio do conjunto que desvia a via principal, que são espaços para recreação comum. As casas são geminadas duplex com aproximadamente 42 m², e estão dispostas e agrupadas em duplas ou mais de duas, e foram construídas com paredes de blocos de concreto estrutural, contando também com cobertura em telha duas águas.

O quintal comum, no Condomínio Terni, contribui com a sensação de vulnerabilidade e insegurança aos moradores não somente devido à proximidade dos blocos, mas também por causa da direção das aberturas, fazendo com que o isolamento visual fique completamente comprometido. Além disso, ele possui acessos independentes para cada unidade habitacional. Justamente por esse motivo, o quintal que inicialmente era uma área comum, acabou sofrendo várias modificações irregulares feitas pelos moradores, como fechamentos e até mesmo a retirada da grama, ratificando a necessidade de haver essa segurança e privacidade por meio desses

espaços não mais públicos, mas privados. Desta forma, mesmos com a escassez de recursos financeiros, há apropriações na tentativa de torná-los seus.

Outra consideração importante é que as diretrizes do programa exigem utilização de partidos arquitetônicos que proporcionem menor custo para manutenção do imóvel. Existe grande limitação à verticalização, pois esta estratégia acarretaria maior custo com manutenção de equipamentos como elevadores, além de maiores gastos com energia. A tendência, portanto, seria a reprodução de soluções convencionais, em 4 ou 5 pavimentos sem elevador, com unidades de área mínima estabelecida pelo programa, induzindo a reprodução de tipologias padrão, a exemplo daquelas produzidas no período do BNH. Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que, apesar da demanda social ser relativamente heterogênea, em termos de necessidades, o PMCMV-1 estabeleceu um programa mínimo e um nível de acabamento único para aquelas moradias classificadas como de Habitação de Interesse Social (HIS). Para edificações destinadas às famílias com faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos, a "planta mínima" é constituída por: sala, cozinha, banheiro, circulação, dois dormitórios e área de serviço com tanque, totalizando 32m² de área útil para casa ou 37m² para apartamento.

Figura 2– Imagens dos casos estudados: Condomínio Andorinhas, Condomínio Terni e Condomínio Ipê Branco.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos casos estudados apontamos para a distância dos centros urbanos a ausência de infra-estrutura, de serviços e de comércios locais nas áreas limítrofes a esses empreendimentos. Fatores que proporcionaram o aparecimento dentro dos condomínios de um comércio informal. Desta forma, concluímos que a apropriação do espaço da moradia é ocorrente no que tange a modificação de usos das unidades. O uso residencial co-existindo com ao comercial proporcionando informalmente uso misto a essas moradas.

Outra questão que ressaltamos em relação às edificações e suas tipologias é a definição de moradia pelos seus usuários estar relacionada à sensação de segurança e conforto nas unidades. No condomínio Terni, por se constituir de edificações unifamiliares há a apropriação dos quintais, na tentativa de tornar o acesso a suas moradias mais privado, sendo assim, mais "seguro", enquanto nos outros dois casos cujas tipologias são de edificações multifamiliares, o significado de moradia para o usuário está mais atribuído a noção de conforto nas unidades habitacionais.

Analisando os casos estudados coloca-se em questão se este tipo de atendimento proporciona moradias dignas a estas famílias e mais ainda, que

tipo de morfologia urbana está sendo construída a partir do formato desenhado pelo PMCMV-1. Seja em escala municipal ou nacional, ressalta-se que há uma diversidade de realidades sócio-espaciais em que grande parte da população que demanda uma HIS não se enquadra nos padrões estabelecidos pelas normativas do PMCMV-1 demonstrando a ausência de uma metodologia de projeto por meio participativo, onde o destinatário, futuro morador tivesse meios de intervir em sua morada, transformando-a e tornando-a seu local de moradia.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J-C. L'organisation interne desreprésentationssociales: système central etsystème périphérique. In: GUIMELLI, C. (Org.). **Structures et transformations des représentations sociales**. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1994. p. 73-84.

_____. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: editora da UERJ, 2001.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.

CARDOSO, A. L. (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

FISCHER, G-N. **Psicologia social do ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FERRER, W. **Projetos e Políticas: o conceito de morar e o Programa Minha Casa Minha Vida**. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HERMIDA, S. **O papel do design de interiores na comunicação de uma marca: o caso Melissa**. 2010. Dissertação. (Mestrado em Design) - PPDESDI, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MORAES, A. **Ergodesign do Ambiente Construído e Habitado: Ambiente urbano, Ambiente Público, Ambiente Laboral**. Rio de Janeiro: iUsEr, 2004.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

NOMADS.USP. **Dez anos de morar urbano no Brasil**. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/97_07final.pdf>. Acessado em: 06 jun. 2013.

TRAMONTANO, M. Apartamentos, arquitetura e mercado: estado das coisas. In: Oficina Verticalização das cidades brasileiras. **Verticalização das cidades brasileiras**. São Paulo, 2006. Disponível em <<http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html>> Acesso em: 01 mai. 2014.

RYBCZYNSKI, W. **Casa: pequena história de uma idéia**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SANTOS, M., SILVA, H., BURSZTYN, I., TURA, L. F. APO da habitação com base na teoria das representações sociais. In: VILLA, S. B., ORNSTEIN, S. W. (org.). **Qualidade na habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.